



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

RELATÓRIO

Projeto de Lei nº 080/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, Exmo. Sr. GILMAR DE SOUZA BORGES, que "Autoriza o Poder Executivo a Conceder Abono Excepcional aos Professores da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Educação de Fundão/ES, e Dá Outras Providências."

A proposição foi protocolada no dia 19/11/2021, lida na 34ª Sessão Extraordinária realizada em 23/11/2021, onde a Mesa Diretora na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. MARSEANDRO AGOSTINI LIMA, acompanhou o parecer jurídico da Procuradora Legislativa, Dra. Valdirene Ornela da Silva Barros, quanto a iniciativa legislativa.

O Presidente encaminhou os autos do Projeto de Lei para análise e parecer da nobre Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Educação, Saúde e Assistência.

Quando em análise na Comissão de Justiça e Redação o Projeto de Lei recebeu parecer nº 063/2021, pela Aprovação em reunião ordinária realizada em 29/11/2021.

Na Comissão de Finanças e Orçamento o Projeto de Lei recebeu parecer nº 024/2021, pela Aprovação em reunião ordinária realizada em 29/11/2021.

Este é o Relatório.





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

PARECER DO RELATOR

A Proposição é uma iniciativa do Poder Executivo Municipal, que tem por objeto "Autorizar o Poder Executivo a Conceder Abono Excepcional aos Professores da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Educação de Fundão/ES, e Dá Outras Providências."

A proposição pretende autorização Legislativa para que o Poder Executivo Municipal possa autorizar o Poder Executivo a conceder abono excepcional aos professores da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Educação de Fundão/ES, justifica a proposição o Poder Executivo Municipal em sua Mensagem nº 044/2021.

"Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Egrégia Casa de Leis, EM REGIME DE URGÊNCIA, o incluso Projeto de Lei que "Autoriza o poder executivo a conceder abono aos profissionais da educação básica da rede pública municipal de Fundão/ES, e dá outras providências".

O presente Projeto de Lei tem o condão de conceder abono salarial aos profissionais da educação básica, que recebem pelo FUNDEB - professores, diretores, coordenadores, pedagogos e coordenadores de área, que tenham exercido a função durante o ano de 2021.

O presente Projeto de Lei vai ao encontro das ações que visam promover à valorização dos servidores públicos municipais e estimular o atendimento ainda mais comprometido, com o objetivo de servir a população da melhor maneira possível.

Com a concessão do referido abono que será pago no mês de dezembro de 2021, em parcela única, o município reconhece os relevantes serviços prestados pelos servidores públicos municipais.

O abono aos servidores da ativa somente será possível por conta da política de austeridade fiscal desenvolvida pelo Governo Municipal, que manteve as contas equilibradas e os pagamentos em dia durante todo o período de 2021, onde ainda continuamos enfrentando a pandemia.





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Isto demonstra que estamos em uma caminhada desafiadora onde conseguimos evoluir com uma política séria. Conseguimos manter as contas em dia e evoluímos em políticas públicas importantes e, com isso conseguiremos dar um abono a todos os nossos servidores municipais que se encontram na ativa.

Em um cenário desafiador como este, essa ação é um sinal positivo para a equipe de servidores que trabalham conosco na contraprestação de serviços públicos aos munícipes.

Com relação ao abono, possui natureza provisória, excepcional e exclusivamente para o exercício de 2021, é uma forma de valorizar os profissionais da educação, a fim de melhorar e dar mais comodidade aos processos educacionais. É uma política de nossa gestão, que é valorizar, capacitar e dar condições de trabalho aos profissionais, sempre em busca do crescimento coletivo.

Além do que, este abono vem colaborar para a melhoria e o bom andamento dos nossos fazeres pedagógicos, pois possibilita a aquisição de ferramenta tecnológica, tendo em vista que hoje dependemos quase que exclusivamente da tecnologia para desenvolver nosso trabalho.

Com relação a utilização dos recursos do FUNDEB para pagamento de abono aos profissionais da educação básica, tem sido uma forma legal de cumprir com o novo limite mínimo de 70% de gastos de pessoal, estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação Básica.

O impacto financeiro proveniente da presente lei será de R\$ 1.692.000,00 (hum milhão seiscientos e noventa e dois mil reais) e será realizado no exercício de 2021.

Face ao exposto, encaminhamos a presente proposta consubstancia-se na perspectiva de valorização do funcionalismo público municipal, com ênfase na melhor distribuição de renda e na recuperação do poder aquisitivo, gerando, como consequência, crescimento da economia no nosso município, Assim solicitamos a adoção dos procedimentos necessários a apreciação e votação, em REGIME DE URGÊNCIA, na forma do art. 39, § 1º, da Lei Orgânica do Município





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

de Fundão/ES, tendo em vista o relevante interesse público que permeia a matéria.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos votos de alta estima e consideração a Vossa Excelência a aos demais pares dessa Casa de Leis.”

Sob o aspecto da área de competência desta Comissão, no que se refere o artigo 47 do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontramos qualquer impedimento a sua regular tramitação, senão vejamos:

“Art. 47. Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino, artes, patrimônio histórico, esportes, higiene e saúde públicas, e às obras assistências.”

Analisando sob o aspecto meritório, encontramos elementos suficientes para concordar com o chefe do executivo quando este apresenta uma proposição que visa autorizar o Poder Executivo a conceder abono excepcional aos professores da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Educação de Fundão/ES.

Conforme já disposto pelo executivo em sua mensagem, o presente Projeto de Lei objetiva conceder abono salarial aos profissionais da educação básica, que recebem pelo FUNDEB -professores, diretores, coordenadores, pedagogos e coordenadores de área, que tenham exercido a função durante o ano de 2021, o que considera esse relator uma medida mais lúdima da justiça aos profissionais da educação deste município.





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Ressaltamos ainda que O Abono salarial FUNDEB, se trata de medida emergencial e excepcional para cumprimento do limite mínimo de 70% com o pagamento de profissionais da educação básica previsto na EC 108/2020 e artigo 26 da Lei 14.113/2020 em 2021, que tem como justificativa a conjuntura atípica do corrente ano, considerando este relator medida da mais lúdima justiça a estes profissionais que trabalharam a exaustão, sob stress, durante toda a pandemia da covid-19.

O abono salarial deverá ser pago, conforme disposto na proposição em uma única parcela até o final do exercício de 2021, aos servidores ativos que compõem o quadro de profissionais da educação básica, inteligência do art. 61 I a V, da Lei nº 9.394/1996 c/c art. 1º da Lei nº 13.935/2019, em efetivo exercício, lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O valor do abono concedido aos profissionais da educação básica, será de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e será calculado de forma proporcional ao período de efetivo exercício no ano de 2021, para os servidores que estiverem com vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Fundão, no mês de pagamento do referido abono.

O município terá um impacto econômico e financeiro de R\$ 1.692.000,00 (um milhão seiscientos e noventa e dois mil reais) e será realizado ainda no exercício de 2021, ou seja, é possível tratar os professores da rede pública municipal com o respeito que eles merecem, esperando que nos próximos anos seja o investimento nestes profissionais realizado da melhor forma possível e nos respectivos âmbitos de atuação prioritária da classe.

Diante do exposto, esta Comissão de Educação, Saúde e Assistência, é pela Aprovação do Projeto de Lei Nº 080/2021, e sugere aos seus doutos Membros a adoção do seguinte parecer:



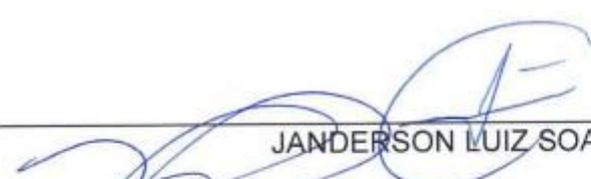


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

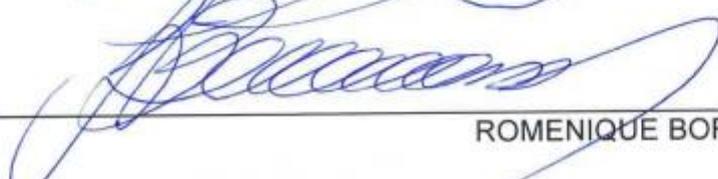
PARECER Nº 025/2021

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 080/2021, de autoria do chefe do Poder Executivo Municipal, Exmo. Sr. GILMAR DE SOUZA BORGES, que "Autoriza o Poder Executivo a Conceder Abono Excepcional aos Professores da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Educação de Fundão/ES, e Dá Outras Providências".

Palácio Legislativo Henrique Broseghini, em 29 de novembro de 2021.



PRESIDENTE
JANDERSON LUIZ SOARES PALTRINIERI



SECRETÁRIO
ROMENIQUE BORGES SIMÕES



RELATOR
JANDERSON LUIZ SOARES PALTRINIERI

(Ausente) _____ MEMBRO
JANILTON ALMEIDA DE CARLI

